

## MOÇÃO

### 41.º aniversário da Revolução de Abril

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o Governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.



As comemorações da Revolução de Abril são um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

São um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 29/04/2015 aprovou esta moção com o objetivo de promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.

~~Os direitos das populações.~~

 Os eleitos da Coligação Democrática Unitária





## Requerimento

Considerando que:

- No último orçamento aprovado pela Assembleia Municipal, viabilizado pelo Grupo Municipal da Coligação PPD/PSD-PPM, foram incluídas diversas rubricas orçamentais designadas "outros", cujo somatório perfaz o valor de €6.339.251, correspondente a 19,97% do orçamento;
- A informação detalhada sobre a execução daquelas rubricas é essencial para a transparência na execução do orçamento;
- Em resposta a requerimento relativo àquela informação, o executivo enviou a informação relativa à execução orçamental até ao dia 25/02/2015;

**Requer-se ao Presidente da Câmara, através da Mesa, que nos seja fornecida, por escrito, a informação detalhada sobre a execução orçamental, até à presente data, de cada uma das rubricas designadas no orçamento como "outros", designadamente as constante do requerimento apresentado por esta bancada na Assembleia de 25/02/2015, assim se entendendo os montantes movimentados em tais rubricas, bem como os documentos de suporte, faturas ou outros, que nos permitam validar tal informação, e ainda aquela relativa a eventuais passagens de verbas destas rubricas para outras rubricas, com a especificação clara das rubricas de origem e destino, mais requerendo que tal informação seja prestada trimestralmente, independentemente de apresentação de requerimento para o efeito.**

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

29-2-2015

## **VOTO DE PESAR**

### **Falecimento de Mariano Gago**

No passado dia 17 de Abril de 2015, faleceu Mariano Gago, figura incontornável da comunidade científica em Portugal.

Mariano Gago, figura marcante da Cultura Científica no nosso País, ex-ministro da Ciência em quatro governos.

Sendo reconhecido e prestigiado em Portugal e fora de Portugal, teve uma visão fundamental para a ciência e a cultura científica do país, sendo um dos responsáveis pelo impulso na investigação científica em Portugal, havendo nesta matéria, um antes e um depois de Mariano Gago.

Entre as inúmeras ações e contributos marcantes para a Ciência em Portugal, bem como as condecorações, destacam-se:

- ✓ A presidência da Junta de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), que antecedeu a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) como entidade pública da investigação portuguesa;
- ✓ A autoria do livro *Manifesto para a Ciência em Portugal*, que foi como que a cartilha para o desenvolvimento da investigação científica Portuguesa;
- ✓ O lançamento da Ciência Viva, Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, que tem hoje uma rede de centros pelo país e é organismo fundamental da Ciência e Tecnologia em Portugal;
- ✓ Comendador da Ordem Militar de Sant'iago da Espada de Portugal (10 de Junho de 1992);
- ✓ Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco do Brasil (21 de Maio de 1999);
- ✓ Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica de Espanha (21 de Setembro de 2007);
- ✓ Grã-Cruz com Estrela da Ordem do Mérito da Alemanha (26 de Maio de 2009);

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de Abril de 2015, delibera:

- ✓ Aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Mariano Gago, do qual deverá ser dado conhecimento à família e ao Instituto Superior Técnico onde foi docente.

Valongo, 29 de Abril de 2015.



## Voto de Congratulação pelo Parque das Serras do Porto

No passado 10 de Abril, o Conselho Metropolitano do Porto decidiu por unanimidade considerar o projeto “Parque das Serras do Porto” como projeto de interesse metropolitano, o que constitui um primeiro passo rumo a anseio antigo do nosso Concelho e da Área Metropolitana do Porto.

Trata-se da criação de um “Pulmão Verde” com cerca de 6.000 ha, unindo as serras de Santa Justa, Pias e Castiçais, Santa Iria, Flores e Banjas, nos concelhos de Valongo, Paredes e Gondomar.

Este território, com dimensão metropolitana, com diversos fatores de geodiversidade e biodiversidade e de enorme potencial em termos ecológicos, turísticos e desportivos, proporcionará a criação de uma paisagem protegida, orientada para o lazer, turismo, produtos locais e conservação patrimonial.

Como referiu a coordenadora do projeto, arquiteta Teresa Andersen, “estas serras, com uma história milenar de humanização, são uma viagem no tempo de muitos séculos e local único, a nível mundial, para a interpretação da mineração aurífera romana.” Estas características irão, também, colocar este território no roteiro internacional.

Apesar de este assunto ter que vir à Assembleia Municipal, dado o interesse e a relevância para a área Metropolitana do Porto, particularmente para os concelhos de Valongo, Paredes e Gondomar, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 29 de Abril de 2015, delibera:

- aprovar um voto de congratulação pela decisão unânime do Conselho Metropolitano em considerar o Projeto “Parque das Serras do Porto” como projeto de interesse metropolitano.

Valongo, 29 de abril de 2015.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

## Voto de Louvor

**ermesinde**  
junta de freguesia

Apesar de todas as dificuldades e da instabilidade provocada pela incerteza do futuro, o Ermesinde Sport Clube 1936 assume particular destaque no quadro desportivo do nosso concelho e motivo de orgulho para todos os Ermesindenses.

Em menos de 2 anos de existência, mas com a responsabilidade de honrar a História do Ermesinde Sport Clube, a conquista de títulos tem vindo a ser uma realidade que muito nos orgulha.

Em 2014 vencem a Série I da 2ª Divisão Distrital da Associação de Futebol do Porto, acumulando o título de campeão da 2ª Divisão distrital.

Em 2015 contam já com o título de vencedores da Série II da 1ª Divisão Distrital da AFP e preparam-se para disputar o título de Campeão Distrital da 1ª Divisão.

Importa ainda realçar que, a nível nacional, é a única equipa sem derrotas e foi a primeira equipa europeia a sagrar-se vencedora da série que disputa.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida a 29 de Abril de 2015 reconhece o mérito desportivo deste Clube e aprova o presente Voto de Louvor.

Este Voto de Louvor, depois de aprovado deverá ser remetido:

- À Direção do Ermesinde Sport Clube 1936;
- Ao Presidente da Assembleia Geral do Ermesinde Sport Clube 1936;
- À Câmara Municipal de Valongo;

Bem como deverá ser difundido pelos habituais meios de comunicação utilizados pelo Município.

O Presidente da Junta da Freguesia de Ermesinde



Luís Ramalho

**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**  
**Regulamento de Gestão do Parque Habitacional**

A aprovação na Assembleia da República da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação foi contestada por toda a oposição, visto que introduz diversos fatores que lesam uma população cada vez mais fustigada pelas vicissitudes da vida. Esta nova lei, de aplicação obrigatória a todo o parque habitacional público, independentemente de quem seja o seu proprietário, funciona como uma clara violação da autonomia do Poder Local Democrático, visando impedir os municípios de criar regulamentos adequados à realidade da sua população e ao seu próprio património. Esta imposição irá provocar aumentos significativos do valor da renda a cobrar, apesar do estado degradado verificado em muitas habitações.

No cálculo do valor da renda, ao ser considerado o rendimento bruto do agregado, a taxa de esforço aplicada e a utilização do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), entre outros fatores agravantes relativos à renovação e ao despejo, leva a aumentos substanciais no valor da renda, com natural impacto negativo no saldo disponível para a subsistência da família.

No sentido de garantir a salvaguarda das condições de vida dos moradores no quadro da nova legislação de arrendamento social, condicionando os termos da aplicação, quer a nível dos valores das rendas, quer em todos os aspetos relativos ao acesso e usufruto de habitação social, recomendamos a Câmara Municipal de Valongo que proceda, de forma célere, à revisão do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional e retome os trabalhos do grupo de trabalho constituído para o efeito no ano transato.

Valongo, 29 de abril de 2015

A CDU - Coligação Democrática Unitária / Valongo



## **Políticas de Juventude do Município de Valongo**

Ser Jovem, em Valongo, como no resto do País, é hoje um desafio enorme à capacidade de adaptação a um mundo dramaticamente em mudança, e com uma instabilidade permanente sobre as perspetivas de futuro.

A crise do sistema de ensino e dos valores de estabilidade que a ele deviam estar associados; os elevados níveis de desemprego e de emprego precário, a desregulamentação dos mercados laborais que afetam de forma especial e profunda os mais jovens, as limitações no acesso à atividade cultural e desportiva, são alguns dos fatores que têm vindo a contribuir para a alienação e desinteresse dos jovens na participação na vida pública.

Num contexto em que os jovens são, simultaneamente, a geração com mais acesso à educação e menos acesso ao emprego; com mais acesso à informação e menos acesso ao poder; com maior apetência para a sociedade de comunicação e menores opções de autonomia; com maior aptidão para a mudança produtiva e maior exclusão da mesma; com maior autonomia moral e menor autonomia material é de suma importância a implementação de novas estratégias e de novas tendências de participação, que situem os jovens como sujeitos ativos na vida política, social, cultural e económica da sua comunidade.

Nos processos de integração e de fomento da participação dos jovens na vida pública, são duas as estratégias que podem ser implementadas. Uma estratégia passiva, que parte do princípio que a sociedade, naturalmente, integrará o jovem, ou uma estratégia ativa, que promova as atividades necessárias para estimular a sua vida social e cultural e conseguir que estes se convertam em protagonistas e organizadores da sua própria cultura e momentos lúdicos, passando de agentes passivos e consumidores a agentes ativos e plenamente criadores.

Nesta dimensão, a Câmara Municipal de Valongo tem vindo, claramente, a implementar uma estratégia ativa, através da criação de várias medidas concretas

para a materialização e concretização da participação e envolvimento cívico dos jovens.

Falamos da Assembleia Municipal de Jovens, um espaço aberto ao debate e partilha de opiniões que incentiva o direito à atividade cívica e política.

Falamos na criação do Orçamento Participativo Jovem, já na sua segunda edição e que visa a promoção a participação dos jovens na definição e execução das políticas públicas do Município.

Falamos na inauguração da Casa da Juventude, na Vila Beatriz, em Ermesinde, um espaço único de partilha e de conhecimento, ao dispor de toda a comunidade juvenil do Concelho, que lhes proporciona uma vasta oferta de serviços e atividades.

Falamos na implementação do Conselho Municipal de Juventude de Valongo, um órgão que pretende proporcionar aos jovens munícipes um espaço aberto ao debate e partilha de opiniões, incentivando o seu direito à participação e à cidadania.

Com estas concretizações, o Executivo da Câmara Municipal de Valongo instituiu uma verdadeira política de juventude, transversal e inclusiva, uma vontade municipal de captar, fixar e desenvolver conhecimento, criando condições para uma juventude dinâmica, empreendedora, capaz de conceber o seu futuro com autonomia, segurança e capacidade de intervenção e participação na comunidade.

Agora sim, estão reunidas as condições para um maior envolvimento dos jovens na vida ativa do concelho e condições para que estes assumam e desenvolvam os seus projetos.

Valongo, 29 de abril de 2015.

O Grupo Municipal do Partido Socialista,

(Daniela Santos)

## RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE VALONGO - ANO 2014

O Relatório e Contas de um Município é um documento descritivo e eminentemente técnico, que integra toda a informação relativa à prestação de contas, ao contrário do Orçamento e Grandes Opções do Plano, documento onde estão vertidas as opções políticas de gestão do Município.

Mas um documento eminentemente técnico como este não deixa de ter obviamente a sua dimensão política e é politicamente muito relevante o que este Executivo demonstra ter alcançado durante o ano de 2014:

- Uma taxa de execução da receita de 99%, reveladora de uma rigorosa previsão orçamental, tendo a taxa de execução da receita corrente excedido mesmo as expectativas, situando-se nos 100,26%;
- Uma taxa de execução da despesa de 95,51%;
- Um rácio de autonomia financeira de 69,96%, indicador importante do ponto de vista do equilíbrio financeiro do Município. Este dado não significa que a autarquia de Valongo possui agora mais dinheiro do que até aqui. Significa que alcançou, em 2014, um equilíbrio orçamental muito relevante para o Município, não obstante a pesada dívida que herdou da gestão anterior, quer a visível nos números, quer a invisível nas dezenas e dezenas de processos em tribunal que a qualquer altura ameaçam as finanças municipais. Por isso, esta Câmara ainda não está a cumprir o limite legal de endividamento porque a dívida herdada continua por cá e tem um peso muito significativo!...

- Por falar em dívida, importa salientar a evolução positiva relativamente à diminuição da dívida transitada. O decréscimo de quase 6 milhões de euros diz respeito, em larga medida, ao abatimento da dívida de curto prazo, fruto da contenção da despesa, de uma adequada gestão de recursos e do pagamento atempado da faturação. Neste esforço de abatimento está ainda a eliminação de juros de mora por atrasos nos pagamentos em anos anteriores.
- Os efeitos do rigor e da responsabilidade da Gestão deste Executivo traduzem-se num facto histórico: o Município de Valongo conseguiu passar de um prazo de pagamentos a fornecedores de 137 dias (em 2013) para 21 dias em 2014, considerando que apenas este último ano diz respeito, na íntegra, ao trabalho do atual Executivo. Este indicador constitui, inegavelmente, uma fonte de credibilidade na relação que esta Autarquia estabelece com os seus fornecedores que, convém realçar também, são tornados públicos neste documento. Não ficam quaisquer dúvidas sobre as empresas e demais entidades com quem a Câmara de Valongo se relacionou durante o ano económico de 2014;
- Da mesma forma, no caminho da transparência, apresenta as despesas da Autarquia com os eleitos locais, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, no exercício das suas funções.
- Pela observação de alguns rácios, indicadores de gestão, percebemos que a Câmara de Valongo está a fazer mais obra com meios próprios, reduzindo, por outro lado, os impostos às famílias. Estes dois aspetos são particularmente relevantes numa Autarquia que vive e viverá ainda por longos anos com o “espartilho” do PAEL herdado do anterior Executivo.

- Destaque final, mas não menos importante, para a implementação do sistema de contabilidade de custos em todos os serviços das Autarquia, um importante instrumento de gestão que permite apurar, de forma exata, o custo de produção e prestação de serviços. A Certificação legal das Contas feita pelo ROC destaca igualmente esta importante ferramenta de planeamento e tomada de decisão.

Em suma, tratando-se de um documento de enorme rigor, detalhe e transparência, aspetos fundamentais para alcançar os resultados positivos que são apresentados, o Relatório e Contas do Município de Valongo, no ano de 2014, merecerá naturalmente o voto favorável do Grupo Municipal do Partido Socialista.

Valongo, 29 de Abril de 2015.

O Grupo Municipal do Partido Socialista,



(Catarina Lobo)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e Senhores Autarcas  
Senhoras e Senhores

## Relatório e contas de 2014

As contas de 2014 agora em apreciação, podem ser avaliadas, como a de todos os anteriores exercícios, segundo diferentes pontos de vista.

Conforme tem vindo a ser referido vezes sem conta que este executivo iria ser diferente, que iria apresentar todos os dados e valores referentes ao Orçamento e á actividade da câmara de forma a que facilmente se perceba para onde vai o dinheiro dos contribuintes, apercebo-me que mais uma vez há aqui uma falha grave que espero ver ultrapassada no próximo Relatório e contas! Refiro-me ao Inventário da Câmara que conforme a reformulação da lei 169/99 que ocorreu em 2002 com a 5/a e que se manteve na redacção da lei 75/2013 o ponto 2.1 da ordem de trabalho desta AM deveria ter a seguinte redacção "Relatório e Contas do Município de Valongo e *Inventário* referente ao ano de 2014!"

Como está a responder o Orçamento Municipal e a actividade do Município á situação concreta de quem vive e trabalha em Valongo?

Valongo continua, ano após ano, a perder empresas e a perder emprego! É claro que muito se tem falado da vinda da Jerónimo Martins para Alfena e do número de supostos empregos que criará, mas os verdadeiros números são assustadores, os últimos dados indicam um número de 7 000 desempregados no Concelho!

As contas de 2014 indicam um resultado líquido do exercício negativo de 2,9 Milhões de Euros, apesar do aumento da receita em impostos directos! Aliás é curioso constatar que conforme eu referi aquando da aprovação da taxa do IMI de que iria haver um aumento da receita do município, e que sendo assim se deveria diminuir a respectiva taxa, na altura o executivo referiu que não, que iria descer a receita, pelos vistos enganaram-se! Sendo assim os Municípes deveriam e mereciam uma diminuição da taxa do IMI face há actualização automática deste imposto e ao absurdo plano de austeridade a que todos estamos sujeitos, espero que no próximo ano isso aconteça!

Apesar do aumento da receita dos impostos directos, pode-se verificar que os impostos indirectos e as taxas diminuíram! Sendo estes últimos indicadores do estado da economia do concelho vejo este relatório e contas de uma forma muito apreensiva principalmente em relação ao futuro. E se a isto somarmos o facto de o valor do investimento ser apenas de 2 Milhões de euros, temo pelo futuro do Concelho e dos seus municípes!

Estes são os indicadores que interessam, os que vão condicionar o amanhã do Município! Sendo assim o grupo municipal do BE votará desfavoravelmente este relatório!

O representante do BE na AM Valongo

Nuno António Dias Monteiro

## DECLARAÇÃO DE VOTO

### **Relatório e Contas do Município de Valongo do ano 2014**

O atual Executivo Municipal apresenta-nos o relatório e contas do Município de Valongo respeitantes ao exercício de 2014, sendo da sua inteira responsabilidade Esta prestação de contas, que foi baseada num orçamento muito restritivo, está assente pelo cumprimento do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) que condiciona, por muitos anos, a vida dos munícipes e a possibilidade de expandir outras atividades e definir novos investimentos no próprio concelho.

A intenção de manter o mesmo rumo de privatizar e concessionar diversos serviços municipais, muitos dos quais questionáveis em termos de benefícios para os cofres da autarquia, tem levado a uma quebra de fontes de receita que podiam ajudar a desenvolver melhor a nossa terra. Perante esta situação, verifica-se que, o atual executivo, não pretende definir outra política que possa proporcionar outras soluções mais vantajosas.

Os últimos orçamentos apresentados têm tido cortes consideráveis, tendo o relativo a 2014 sofrido uma redução na ordem dos 25% em relação a 2013. Esta continua diminuição verificada encontra-se apoiada num conjunto de medidas de austeridade impostas e suportadas num contexto de crise económica e financeira, provocada por especuladores nacionais e internacionais, que se têm imiscuído e influenciado o poder político. Apesar deste orçamento estar sujeito ao equilíbrio das contas municipais, por via da adesão ao PAEL e as suas principais fontes de receita dependerem da cobrança de impostos e das transferências da Administração Central, obteve uma taxa de execução acima dos 95%, quer do lado da receita quer da despesa, revelando a existência de um maior cuidado na previsão das receitas, aproximando-as da realidade. No entanto, foi o orçamento que apresentou um maior decréscimo do investimento e um conjunto muito pobre de atividades relevantes.

Mesmo com este maior rigor previsional, a apresentação de um resultado líquido negativo na ordem dos 3 milhões de euros, confirma que o caminho traçado ao longo dos últimos anos ainda não se inverteu, tendo levado a uma situação preocupante, na qual o Município se endivida cada vez mais.

Em relação aos recursos humanos, o contínuo decréscimo do número de trabalhadores da autarquia, o envelhecimento e a recusa em contratar novos trabalhadores, tem condicionado o desenvolvimento de tarefas e a possibilidade de desempenhar trabalhos dentro da própria estrutura, obrigando a uma sistemática necessidade de contratações de serviços externos e ao recurso de desempregados sem vínculo laboral no âmbito das medidas Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção + para suprimir carências de vários setores.



Perante o exposto, em conformidade e coerência com a avaliação negativa que fizemos na Assembleia Municipal, aquando da apresentação do Orçamento para 2014, assim como face à apreciação que a CDU faz da condução do Município de Valongo ao longo dos últimos mandatos, esta força política não podera estar de acordo com um caminho traçado no passado e no qual não se revê, votando contra a os documentos relativos à prestação de contas do Município de Valongo do exercício de 2014.

Valongo, 29 de abril de 2015

A CDU - Coligação Democrática Unitária / Valongo

*Elisabete de Oliveira*





Ex.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal

e demais membros da Mesa

Ex.º Senhor Presidente da Câmara

Sr.ªs. e Srs. Vereadores

Sr.ªs. e Srs. Membros da Assembleia

Ex.º Público

Comunicação social,

Relatório e contas do município de Valongo do ano 2014

O Grupo Municipal do PSD/PPM congratula-se pelo facto de o município apresentar contas cada vez mais equilibradas, rácios mais favoráveis e principalmente uma credibilidade perante os seus interlocutores que é um bem essencial para uma instituição pública.

Estes resultados são o corolário lógico de um trabalho cujos alicerces foram lançados pelo PSD no mandato anterior, e sem os quais seria impossível estarmos a falar de uma câmara a caminho do equilíbrio financeiro, o que todos desejamos.

Lamento no entanto que o Dr. José Manuel Ribeiro sofra daquilo a que se pode chamar "bipolaridade política".

É uma característica que muitos lhe reconhecem...mas, que não ajuda a reforçar a imagem de credibilidade que precisamos para Valongo.

Por um lado, queixa-se do espartilho financeiro...por outro lado vangloria-se do resultado prático desse mesmo espartilho...

Sr. Presidente, decida-se!

O Sr. diz e muito bem que o Município melhorou consideravelmente os prazos de pagamento...sabe porquê Sr. Presidente?

Porque alguém antes do si decidiu ajustar o orçamento à realidade das contas do município de Valongo. Mas, o Sr, gostava de ter um orçamento mais volumoso...

Sabe porque é que a Câmara, tem vindo a melhorar consistentemente os prazos de pagamento e a reduzir a dívida desde 2012?

Porque alguém, antes do si, decidiu tomar medidas decisivas na redução da despesa corrente como converter piscinas e reduzir os custos de iluminação pública...

Agora, o que é estranho é o Sr. Presidente vangloriar-se da redução da dívida e dos prazos de pagamento quando foi sempre crítico das medidas tomadas..., prometeu aliás reverter estas mesmas medidas se fosse eleito!

A população ainda se lembra... e nós representamos a população.

Sr. Presidente, a sua gestão só não causa mais danos à população de Valongo porque existe um espartilho anti-socialismo demagógico que não permite os excessos que o Sr. Desejaria cometer!

Mesmo assim, consegue desperdiçar dinheiro em "Xanas toc-toc", aluguer milionário de tendas e outdoors e panfletos de duvidosa eficácia!

Sr. Presidente...consigo ao volante...eu digo...nós dizemos: bendito espartilho financeiro!

eu diria que o PAEL, não é um espartilho para Valongo...é antes o NOSSO air-bag!

Pelo Grupo Municipal do PSD/PPM

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Daniel Felgueiras', written in a cursive style.

(Daniel Filipe Alves Felgueiras)



Doc. 12

Grupo Municipal do Partido Socialista

## RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DA VALLISHABITA - ANO 2014

A Vallishabita, empresa municipal criada em Janeiro de 2000, tem como objeto a gestão, manutenção, e reabilitação do património habitacional social da Empresa e da Autarquia, bem como dos espaços culturais e equipamentos desportivos afetos a este património. Cabe ainda a esta empresa municipal, a administração dos complexos habitacionais sociais do Município, nomeadamente no que respeita a compras, permutas e vendas que a Tutela determine.

No ano de 2014, a Vallishabita não viu facilitada esta sua tarefa de gestão e administração. A situação desfavorável que vive o país e a continuidade do congelamento dos Programas Habitacionais Públicos para construção, aquisição e reabilitação de empreendimentos habitacionais sociais dificultou a sua ação no que respeita a operacionalização de alguns dos seus objetivos, nomeadamente a construção de novas habitações e a reabilitação do parque habitacional, infelizmente degradado.

A esta limitação, acresceu que em termos de proveitos, o valor das rendas suportadas pelos inquilinos, tem vindo de ano para ano a descer fruto das incontornáveis dificuldades económicas que muitas famílias enfrentam. Esta diminuição do rendimento efetivo da empresa, pela diminuição das rendas causou, também, dificuldade no seu funcionamento e no cumprimento dos objetivos propostos.

No entanto, apesar do ano difícil e dos poucos recursos disponíveis, a Vallishabita conseguiu cumprir o Plano de Atividades para 2014 como se constata pela leitura deste Relatório, e fê-lo com qualidade, rigor, profissionalismo e com um forte caráter social.

Verificamos que a Vallishabita conseguiu executar a maioria das intervenções a que se propôs. Realizou 21 intervenções em casa devolutas que foram entregues a novos moradores; 47 intervenções de manutenção preventiva e 329 intervenções corretivas. Especificamente, aumentou o número das intervenções corretivas realizadas, face aos dois anos anteriores.

Realizou-se também neste período a obra de Reabilitação dos telhados do empreendimento Padre António Vieira, obra há muito necessária e finalmente concretizada.

De forma a atenuar as dificuldades sentidas por muitas das famílias moradoras, a empresa, no âmbito da sua atividade social, levou a cabo uma série de atividades lúdicas e recreativas em colaboração com os serviços sociais da Câmara.

Vizinhos em Festa, Tok'Amexer, Festa do Natal e Banco de Livros são algumas das atividades e programas referidas no presente Relatório que nos parece ser de realçar.

A Vallishabita, apesar da conjuntura desfavorável, trabalhou bem, deu resposta eficaz à maioria das necessidades relacionadas com o seu objeto de ação e fê-lo com responsabilidade social e financeira, sendo esta última, comprovada pela gestão equilibrada e sustentada que manteve ao longo do último ano.



Grupo Municipal do Partido Socialista

O Grupo Municipal do Partido Socialista congratula-se pela gestão e atividade da empresa Vallishabita, no ano de 2014 que julgamos, atendendo às circunstâncias, ter sido exemplar.

Valongo, 29 de Abril de 2015.

O Grupo Municipal do Partido Socialista,

(Cátia Lima)

## Requerimento

Tendo o Senhor Presidente da Câmara afirmado

*, no presente mandato,*

que a Câmara Municipal efetua estudos sobre a transfe-

ra dos empreendimentos sociais da propriedade da Câmara

Municipal para a empresa municipal Vallis Habit, requer-se

ao Presidente da Câmara, através de quem, que forneça, por escrito

documentação relativa aos referidos estudos.

1º grupo municipal PPD-PSD/PRM

29 de abril de 2015

D. J. J.